TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 9 DE MAIO DE 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 36ª Sessão Ordinária;

– Ata da 8ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PTC/PSL/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu objetivo hoje, ao vir a esta tribuna, é fazer mais uma vez, Deputado Chico Vigilante, um apelo no que diz respeito ao problema do Programa do Leite. Estivemos com o Governador Agnelo. Assinamos uma moção, inclusive, por sugestão da Deputada Arlete Sampaio, pedindo uma prorrogação para adaptação da entrega do leite até 31 de dezembro, tendo em vista a nossa preocupação de que, às vezes, a pura e simples substituição pelo cartão poderia criar distorções do tipo de o sujeito utilizar o cartão para comprar cachaça ou trocá-lo pela metade do valor em vez de comprar realmente o leite para dar para a criança.

Existe uma série de falhas nesse programa. Eu tive oportunidade de ir a vários lugares — não sou um Deputado que representa essa área, é mais o Deputado Joe Valle —, mas fui lá pessoalmente ver a situação, realmente existe falha de cadastramento. Há essa preocupação. Houve uma moção aprovada pela Câmara e um compromisso do próprio Governador em fazer essa prorrogação para que se estudassem essas adaptações, a fim de se fazer essa transição.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem inteira razão. Eu estava ouvindo agora do nosso Presidente que ele também é um homem com passado e presente rural. Eu trabalhei na roça até os 24 anos de idade e sei dessas dificuldades, conheço principalmente aquela bacia leiteira do Curralinho, lá do Sr. Geraldo. Foi no Governo Cristovam que conseguimos colocar luz naquela região, quando era Presidente da CEB o Haroldo Saboia, e realmente se desenvolveu a bacia leiteira ali. Portanto, V.Exa. tem inteira razão.

Ontem, eu conversei com o Sr. Geraldo, Presidente do Pró-Leite, e proponho a V.Exa. que fôssemos ao Governador Agnelo Queiroz — disponho-me a ir com V.Exa; Deputado Dr. Michel; Deputada Arlete Sampaio, que já foi Secretária; Deputado Joe Valle, que é um homem do campo, portanto, a nossa referência no

campo — para tratarmos desse assunto a fim de se resolver essa questão da prorrogação.

Saúdo nesta tarde a presença de vários feirantes do Distrito Federal que vieram a esta Casa no sentido de aprovarmos a prorrogação do Simples Candango. Espero que a gente chegue aqui ao *quorum* de 13 Deputados, para que possamos votar no dia de hoje e que eles saiam daqui com tranquilidade.

V.Exa. pode contar conosco. Solicitaremos esta audiência ao Governador e iremos, em conjunto — Deputado Joe Valle, V.Exa., todos nós —, tratar desse assunto, a fim de conseguirmos essa prorrogação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Fico feliz com o seu aparte e sei da força que V.Exa. tem dentro do Governo Agnelo, como sei da preocupação do Deputado Joe Valle e da Deputada Arlete Sampaio, que fez um programa interessante no que diz respeito à substituição. Mas precisam ser feitas algumas adaptações. Não foi feito um diagnóstico com precisão de forma que essa migração pudesse ser feita tão rapidamente. Conforme frisei, meu interesse é apenas a preocupação com a comunidade. Nós que conhecemos bem o Porto Rico, a Estrutural, o Sol Nascente, o Pôr do Sol, sabemos que ali existem famílias, com quatro, cinco, seis, até oito crianças, e é muito temerário um cartão na mão de um pai, pois muitos deles têm problemas com bebida. Assim, esse cartão pode, em vez de comprar leite, comprar bebida, deixando essas crianças sem a devida alimentação.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, eu disse, quando V.Exa. fez a moção, que precisava adequá-la à situação que se vem trabalhando dentro da Sedest. Para informação de V.Exa., neste mês de abril, atingimos 30 mil famílias que estão recebendo complementação do Bolsa-Família, mantendo uma renda média *per capita* de cem reais. Isso elevou, em média, em R$ 155,00 o que as pessoas antigamente recebiam. É a mulher que sempre recebe o cartão justamente para evitar que o marido vá gastar o dinheiro em um boteco. Muitas são as pessoas que recebem pão e leite. Desde o começo, nós fizemos uma crítica ao descontrole que a própria secretaria tinha do programa, tendo em vista que era a Pró-Leite uma associação privada que distribuía os alimentos. Toda a discussão que estabelecemos com a Secretaria de Agricultura foi para que houvesse uma substituição.

Nós vamos fazer o Bolsa-Família para todas as pessoas que recebem o pão e o leite e que têm as condições de receber o Bolsa-Família, com a complementação do GDF. Vamos substituir, para garantir o sustento da bacia leiteira, a distribuição de pão e leite por outros programas. Agora já começamos, em 57 escolas, o café da manhã. Até agregamos valor ao leite, porque eles vão distribuir, em vez do leite *in*

natura, bebidas lácteas. Isso vai agregar valor às cooperativas, para que elas possam ganhar até mais do que vendendo simplesmente o leite *in natura.*

O planejamento da Sedest indica que, até setembro, será concluído o cadastramento de todos que ainda precisam ser cadastrados. Temos já dois terços das famílias do Nosso Pão e Nosso Leite cadastradas. Falta um terço para ser cadastrada. À medida que elas são cadastradas e passam para o Bolsa-Família, não tem muito sentido elas continuarem recebendo pão e leite. Vamos fazer com que o mesmo volume de leite seja distribuído de outra maneira junto às entidades, às escolas e também junto às famílias mais numerosas. Como nós temos um teto de R$300,00 por família para pagar o Bolsa-Família, complementado pelo GDF, já fizemos um georreferenciamento de famílias que, mesmo com esse dinheiro, ainda continuam na extrema pobreza. A essas famílias, vamos destinar um programa de segurança alimentar nutricional.

Então, acho que temos de levar em conta todo esse debate que o Governo vem fazendo e esses encaminhamentos que o Governo já vem dando para não criarmos programa sobre programa. Eu estou disposta a ir, mas acho importante que o Governador tenha pleno acompanhamento disso que a Secretaria de Desenvolvimento Social tem feito e da preocupação que tem a Secretaria de Agricultura — o Deputado Joe Valle e o Secretário Lúcio têm manifestado isso — de assegurar o fomento da bacia leiteira no Distrito Federal, mas, ao mesmo tempo, assegurar uma política mais republicana do que simplesmente essa, que me parece muito clientelista, de entregar pão e leite a pessoas que nem sempre estão cadastradas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa. A sua preocupação é a minha preocupação e também do Deputado Joe Valle de que não venhamos a eliminar a bacia leiteira do Distrito Federal. O pequeno produtor que tem dez vacas, quinze vacas, que não só gera emprego e renda como também sustenta a própria família, nós o veremos substituído por leites encaixados vindos de outros lugares e não do Distrito Federal.

A preocupação nossa é manter viva a pecuária de Brasília, com o produtor produzindo e vendendo leite, gerando emprego e renda e as crianças carentes sendo bem alimentadas.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, pela tolerância do tempo e pelos apartes. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Celina Leão fará o pronunciamento de liderança. Eu farei o de parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde, venho à tribuna desta Casa para pedir que façamos uma reflexão sobre como as coisas vêm sendo conduzidas no cenário político do Distrito Federal. Eu não tenho nenhum temor em fazer uma afirmação aqui, porque já a fiz no passado: Daniel Tavares foi comprado, mas não foi nem por mim nem pela Deputada Eliana Pedrosa.

Eu quero trazer para vocês aqui, nesta tarde, mais informações ainda. A Polícia Civil do Distrito Federal abriu um processo, inquérito — e tem que abrir mesmo — para investigar o caso do Daniel. Hoje, o Governador Agnelo teve a cara de pau de ir ao Balanço Geral falar que já está finalizado, já foi encontrado realmente, já está provado que as Deputadas compraram o Daniel.

O Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal está muitíssimo enganado. Pode ser que a investigação que S.Exa. pediu esteja sendo conduzida de uma forma, talvez... Não sei, porque eu não gosto de afirmar sem saber. Eu quero falar para V.Exas. aqui, nesta tarde, que o inquérito foi aberto e só o Daniel foi ouvido. Após o Daniel ser ouvido, nem eu, nem o Deputado Chico Vigilante, nem a Deputada Eliana Pedrosa, nem o Eduardo, ninguém foi ouvido. Mandaram para o Ministério Público pedindo que eu fosse processada.

Só que aí, pessoal, quem não deve não teme. No dia em que apareceu esse vídeo, que caiu do céu no gabinete do Deputado Chico Vigilante, eu pedi investigação na Polícia Federal e na PGR também. Não pedi só na Polícia Federal, pedi na PGR. Eu quero trazer para vocês nesta tarde de hoje. E o mais engraçado de tudo isso é que o Governador, que pediu meu indiciamento, não sabia que eu tinha pedido o de S.Exa. também. Eu pedi aqui também, localmente. E foi para o Conselho Especial. Vocês sabem o que o Conselho Especial disse? Que eu não posso ser processada sem que o Governador do Distrito Federal seja investigado, porque S.Exa. é alvo. S.Exa. é alvo.

Então, se tentaram dar um tiro em mim, na Deputada Eliana Pedrosa ou em qualquer pessoa com uma armação, deram um tiro no pé, no pé, porque hoje o Governador do Distrito Federal está sendo investigado pelo STJ quanto à questão do Daniel e pela Polícia Federal, visto que eu também havia pedido, na mesma época, a referida investigação.

Falamos muito de conversa de corredor. Antes de toda essa operação da Polícia Federal cair, já sabíamos que havia gente "arapongando" todo mundo. Tanto que havia requerimento aqui voando desses arapongas para tudo quanto é lado antes de estourar a denúncia da Polícia Federal. Eu quero falar para V.Exas. que essa história de que o Agnelo estava armando para nós também estava nos corredores aqui: "O Agnelo quer te indiciar".

Eu posso dormir tranquila, porque não fui eu que comprei Daniel, não. Eu não comprei Daniel, não! Eu não recebi fita que chegou num dia e chegou no dia seguinte já de outra forma. Não fui eu também, não. O que eu falei ficou provado.

Aqui eu quero lavar meu coração nesta tarde, porque isso será investigado, não da forma que o Governo do Distrito Federal queria, que era mandando-se para o Conselho, indiciando-se e vindo escrito na capa do *Correio Braziliense*: "Deputado indiciado", igual ao que eles fazem aí. Eu quero saber se o *Correio Braziliense* vai dar esta capa amanhã para o Agnelo: Governador indiciado por tentar, sei lá, comprar testemunha, ou investigado, ou mandado para o STJ. Eu quero saber se S.Exa. vai ganhar uma capa também amanhã no *Correio Braziliense*.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputada Celina Leão. Eu não pude assistir ao programa Balanço Geral, que parece ser o programa de preferência do nosso Governador hoje, mas fui informada e mandei pedir a íntegra da gravação para ver se a informação que recebemos, de fato, é aquela, que muito me estranhou. Chegou ao meu conhecimento que o Governador Agnelo Queiroz disse no programa que as Deputadas — e há duas Deputadas efetivamente da Oposição aqui, que sou eu e Celina — teriam cometido um crime de compra de testemunha ou pagamento de uma pessoa para dar uma declaração. Eu quero crer que o Governador não tenha feito isso, porque acho que S.Exa. tem uma assessoria jurídica boa para saber tudo o que está acontecendo.

Eu tenho a minha consciência absolutamente tranquila que não paguei ninguém, que fui procurada espontaneamente por essa pessoa. Posso colocar também em todos os meios de comunicação que tenho a disposição... Eu aceito enfrentar qualquer acareação, qualquer desafio.

Estranho muito que a Polícia Civil do Distrito Federal, Deputado Dr. Michel, que é uma polícia de extrema qualidade, reconhecida no Brasil inteiro, abra um processo, não ouça as pessoas que estão sendo acusadas — porque eu não fui ouvida, não fui chamada, não fui notificada — e encaminhe esse processo com uma acusação para o Conselho Superior de Justiça.

Eu sei que atualmente, cada vez mais, vamos dizer assim... Como eu digo? Como brasileira, como eu digo? A gente percebe que a política está orientando muitas das ações. A gente fala assim: os tribunais tiveram um julgamento político, não é, Deputado? Mais do que às vezes olhar a letra fria da lei, está havendo um julgamento político, enfim. Essas coisas nos preocupam muito.

Eu não tenho me sentido mais num Estado de Direito. A maneira como a minha casa foi assediada, e por isso assinei a CPI da Arapongagem; a maneira como a minha vida está sendo prejudicada, a minha vida privada e a da minha família; e

agora fico absolutamente perplexa quando uma polícia da nossa qualidade encaminha um processo sem que nós sejamos ouvidas. E estou sabendo isso porque o Governador foi hoje falar isso na televisão e fomos atrás para saber o que estava acontecendo na Justiça. Aí pegamos um pedaço do processo, que é justamente o das decisões do Desembargador Getúlio, de encaminhamento do processo para o Superior Tribunal de Justiça. Também o Ministério Público se manifestou que não houve investigação completa.

Por que nós não fomos ouvidas? Por que nós não fomos ouvidas? Por que eu não fui ouvida? Eu tenho experiência de vida suficiente para saber que nem sempre a verdade ganha. Só espero que no meu País, na Capital do meu País, em 2012, essa verdade possa aparecer com todas as letras. Eu tenho essa esperança. Tenho esta esperança pelos meus filhos, pelos filhos dos meus amigos, pelos filhos das pessoas que eu não conheço: que eles possam ter no mínimo uma segurança jurídica.

Aí começo a entender também um *twitter* de ontem, que dizia: "Quinta-feira Brasília vai tremer". Será que está relacionado com esses fatos? Antigamente eu estava acostumada a ver o seguinte: o meio de comunicação soltava uma edição extraordinária para dar a notícia; agora os meios de comunicação dão a notícia que ela vai sair dois dias depois. Esperam o Governador fazer um pronunciamento para que depois duas Deputadas, duas mulheres, duas mães de família tenham os seus nomes expostos na mídia sem sequer um direito de defesa, que não houve nem na polícia. Eu hoje não entendo, Deputado Dr. Michel, o que está acontecendo na Polícia Civil — uma polícia desse quilate. Estranha-me muito que o meu nome esteja no processo e que eu não tenha sido chamada, porque não posso falar a verdade. A verdade está proibida no Distrito Federal!

Eu posso morrer. Eu posso morrer amanhã. Posso morrer politicamente, posso morrer como pessoa amanhã, mas, enquanto eu tiver vida, para os meus filhos, eu não quero esta cidade, eu não quero este País onde as pessoas não tenham direitos. Qualquer ser normal olhando os dois vídeos vê onde está a verdade, não precisa nem ser inteligente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pode ter certeza, Deputada Eliana Pedrosa. Como V.Exa. me citou, quero lhe dizer que sinto muito, porque sou delegado aposentado, que é igual cobra sem veneno — pica, mas não mata —, e um ponto na boca de quem conta vira um conto.

Sou de uma polícia que faz as coisas corretas. Eu não quero entrar no mérito, porque não conheço os autos. E, por não conhecer os autos, não posso dizer o que está acontecendo, o que foi que aconteceu.

Digo a V.Exa. que nem tudo que é legal é moral, mas tudo que é moral é legal. V.Exa. pode ter certeza disso, porque a moral sempre se sobrepõe à

legalidade. Muitas vezes, a lei é feita por um imoral e, quando isso acontece, ela é imoral. Mas, se a moral se sobrepõe à legalidade e se V.Exa. e a Deputada Celina Leão têm moral, a imoralidade não pode se sobrepor à moral.

Se estão fazendo alguma ilegalidade com V.Exas., com certeza, a verdade virá à tona. E, quando a verdade chegar, aqueles que fizeram alguma ilegalidade terão que baixar a cabeça e rastejar sobre a legalidade. Tenho certeza disso.

Quanto à questão, digo o seguinte: pelo menos as pessoas que hoje estão na direção da Polícia Civil, Deputada Eliana Pedrosa... Eu posso garantir a V.Exa., que esse inquérito que ainda não era processo não foi nessa direção, não, porque o Diretor da Polícia Civil que hoje lá está — eu garanto a V.Exa., eu o conheço, ele é da minha turma de Delegado de Polícia — não se abaixa a fazer uma coisa como essa, não. Isso pode ter sido em outra situação, até mesmo porque o Governador Agnelo foi induzido a colocar um diretor que não conhecia. E eu fui um dos que disse a S.Exa. para não ter colocado, mas existiam algumas pessoas ao lado dele, à época, que talvez S.Exa. não conhecia e que hoje está conhecendo.

Mas essas coisas vão se acertando. O Governador está com boa intenção. S.Exa. está com interesse em colocar Brasília em um novo caminho, acredito que começando pela Polícia Civil. As pessoas hoje começam a rir, mas amanhã quem ri hoje poderá estar sorrindo quando Brasília entrar em um novo caminho. Não tem problema, não.

Acredito que, tirando as pessoas que estavam ao lado dele, começando pela Polícia Civil... Fui oriundo da Polícia Civil por 28 anos, mas eu fui o contrário daquele outro diretor que estava lá e que, graças a Deus, passou três meses. Hoje temos um diretor. E um fato como esse que V.Exa. está falando, com esse diretor que está aí, acredito que não aconteça, não, porque esse diretor não quer uma polícia de Governo, ele quer uma polícia de Estado. É por isso que estou aqui para lutar.

Apesar de ser da base do Governo, acho que polícia não tem que ser polícia de Governo, tem que ser polícia de Estado, para que isso não aconteça — se é que aconteceu dessa forma. Não posso dizer, porque não conheço o que há dentro desse inquérito, mas acredito que esse novo diretor da Polícia Civil, colocado pelo Governador, não se sujeitaria a um fato como esse. Talvez ele estivesse sendo induzido por alguém que estava ao lado dele. Mas não vou me ater a esse fato, porque não o conheço.

Aproveito a oportunidade, Deputada Celina Leão, se V.Exa. me permitir, para registrar a presença de estudantes e professores da Escola Classe do Córrego do Atoleiro, de Planaltina. Sejam bem-vindos. Temos nesta Casa de Leis o Deputado Cláudio Abrantes, oriundo de Planaltina, e o Deputado Joe Valle, que é daquela área. Eu também sou de Planaltina. Dizem que quem bebe da água de Planaltina de lá nunca mais sai. Quero agradecer aos nossos amigos de Planaltina, aos nossos

queridos alunos que são o futuro deste País. Não se deixem impressionar por esse discurso, mas isso aqui é a democracia. É aqui que se faz o futuro do nosso País.

Muito obrigado pela presença.

Devolvo a palavra à musa da Casa, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, obrigada pelo retorno da palavra. Eu só queria ler um trecho do Ministério Público que diz o seguinte: "Sublinhe-se que na mesma data em que requereu a juntada da representação, o Ministério Público manifestou-se nos autos aduzindo que não seria possível concluir pela ocorrência de crime de denunciação caluniosa sem que houvesse investigação dos fatos atribuídos ao atual Governador do Distrito Federal". Não sou eu que falo, é o Ministério Público do Distrito Federal, e foi acatado pelo Conselho e subiu para o STJ. Eu acredito na Justiça do nosso País. Eu acredito na Polícia Federal, sim, e agora cabe a ela investigar se o Daniel foi comprado, se está sendo chantageado, se está sendo ameaçado, ou que bagunça está acontecendo aí. Cabe a ela!

Quero terminar esse discurso, Deputada Eliana Pedrosa, falando uma frase que é verdade: "Tudo coopera para o bem daqueles que amam a Deus". É verdade, Deputada Eliana Pedrosa. As tramas que as pessoas fazem, a loucura voluptuosa pelo poder acabam por fazer com que as pessoas peguem as amarras do poder e morram enforcadas.

Eu quero lembrar que o Arruda não foi preso pelo maço de dinheiro. Ele foi preso porque em determinado momento em que ele estava numa situação talvez tão difícil quanto essa do Governador Agnelo Queiroz ele se desesperou. E quis fazer tudo, quis controlar tudo. Quis controlar quem se levantava contra ele, controlar tudo! E é nesse momento em que as pessoas querem controlar tudo que vem um Deus – eu acredito nesse Deus – e mostra que ninguém tem controle de tudo porque há instâncias maiores do que nós. E essa decisão de que acabamos de ter notícia mostra isto – nada fica escondido por muito tempo.

Então, quero terminar esse discurso para saber qual será agora a afirmação do Governador Agnelo Queiroz diante da confirmação dele hoje. Qual será o inquérito que ele tem que já confirma que fomos nós, eu e a Deputada Eliana Pedrosa? Será que é esse que foi montado ou será que ele tem alguma coisa diferenciada? Se ele tiver, que mostre.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de indagar a V.Exa. e aos colegas Parlamentares se, após as falas dos Líderes, nós poderíamos entrar na pauta de votação, na extrapauta.

Conforme acordo firmado no dia de ontem, V.Exa. conduziu essa reunião, apreciaríamos o PL nº 896, de 2012, que trata da suplementação orçamentária para pagamento de benefício de servidor público, e o Processo nº 18, de 2012, que é uma homologação de convênio do ICMS, Convênio 113 do Confaz, como também o PL nº 902, de 2012, que é o chamado Simples Candango.

Eu pediria a V.Exa. que, pelo menos, deferisse essa extrapauta, e faço um apelo para que após as falas das Lideranças possamos adentrar essa pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pode ter certeza de que, se houver acordo dos Líderes, nós faremos isso. Até pela minha sensibilidade, nós temos condições de fazer.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando a sensibilidade de V.Exa., eu gostaria de pedir que procedêssemos à leitura de dois créditos enviados pelo Governo do Distrito Federal e da proposta de indicação do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal. Só leitura, coisa simples.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acato a solicitação de V.Exa.

Eu só queria pedir aos companheiros que não deixem o plenário para que, se houver acordo dos Líderes, possamos inverter a pauta logo após a falação dos Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pauta.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendendo que V.Exa. é uma pessoa extremamente sensível e tem na área rural um conhecimento muito grande, venho aqui falar, tocar no assunto levantado pelo Deputado Agaciel Maia sobre o Programa do Leite e os programas de distribuição de alimentos.

Hoje, estive em visita no seu espaço, em Sobradinho, a duas instituições de idosos. Fiquei extremamente feliz porque os idosos estavam sendo muito bem tratados. Visitei a Casa do Candango e a Casa Bezerra de Menezes. A minha felicidade de ver os idosos sendo bem tratados... Tratamos bastante desse assunto no nosso dia a dia do mandato. Quando eu conversei com as tomadoras de conta, as gerentes das casas, elas me falaram: "Olha, Joe, uma das coisas que nós queremos lhe mostrar é a despensa. Nós estamos abastecidos aqui. Nós temos a questão do alimento do programa do Governo Federal. Nós temos o alimento que vem do programa da Emater, o Papa DF, um programa do nosso governo, as verduras

chegam fresquinhas aqui, e temos o Programa do Leite, que entrega leite e pão para esses idosos".

Então, eu fiquei extremamente contente e feliz porque é uma situação interessante e importante. Essa questão do fomento... Esse alimento que está chegando a essas pessoas que precisam, que são os idosos que estão lá, está vindo de um lugar que tem produtores que precisam produzir para continuar lá. É uma coisa extremamente interessante. É um programa que atende duas pontas. A princípio, são programas de excelente qualidade, pois atendem aos agricultores familiares, para que eles não venham a participar dos programas da cidade, para que eles fiquem no campo, e atende às pessoas mais necessitadas e mais carentes da cidade. Nós precisamos e temos essa junção.

Como a Deputada Arlete Sampaio falou, no começo do Governo foram detectados alguns problemas nesse programa, especificamente no Programa do leite. Alguns problemas aconteceram como a distribuição, como o fato de ao longo do tempo a gestão não ter sido trabalhada, e alguns outros problemas. Apesar de os princípios do programa serem extremamente bons, de boa qualidade, pois você pega o leite do pequeno produtor familiar e entrega a pessoas mais carentes, são coisas perfeitas, ao longo do tempo alguns problemas de ruptura de gestão foram acontecendo. Essas coisas, apesar de ainda acontecerem, não eram mais as principais que estavam acontecendo. Além disso, do lado da produção...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Deputada Eliana Pedrosa, deixe-me só concluir o raciocínio. Eu sei que V.Exa. fez um trabalho nesse programa ao longo de um tempo, mas esse programa é bem mais longo do que a sua gestão...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputado Joe Valle, eu só gostaria que V.Exa. declinasse a que período se refere.

DEPUTADO JOE VALLE – Eu estou falando do programa como um todo. São doze anos de programa. A senhora esteve à frente da Secretaria por um ano e pouco. E quando a senhora saiu, ficou mais um bom tempo...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Tudo bem. Eu só gostaria de saber se V.Exa. estava se referindo à minha gestão.

DEPUTADO JOE VALLE – Não. Eu não estou me referindo a sua gestão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada.

DEPUTADO JOE VALLE – Estou dizendo que é um processo de um programa e que, como houve uma deteorização da gestão ao longo de um determinado período, ele estava sem atender aos seus princípios básicos. E eu não estou aqui culpando gestor a, b ou c. Estou simplesmente relatando fatos.

Na revisita a esse programa, aos conceitos, para que pudéssemos trazer de volta esse processo, muitas soluções estão sendo testadas para que não haja ruptura, até porque, a partir do momento em que o animal começa a dar leite – e muita gente que está aqui não sabe como funciona o processo no campo –, ele não para, ele fica lá um ano dando leite. Não tem como desligar a vaca. E o produtor familiar, principalmente, vive daquilo. Ele precisa daquele processo para continuar vivendo no campo e para não se transformar em uma das pessoas que precisa desse programa de assistência na cidade.

Então, nós precisamos garantir ao produtor essa continuidade. Se isso é fomento, se isso é subsídio, não interessa. O que interessa é que esse produtor possa viver bem na área rural. Estamos tratando de pequenos produtores que necessitam criar suas famílias e continuar na área rural. Na hora em que disponibilizo o recurso de segurança alimentar para a população carente do Distrito Federal, ele vai para essas pessoas que vieram da roça porque não tiveram condição de ficar morando lá com qualidade de vida.

Dar esse recurso aqui e tratar essa pessoa aqui é muito mais caro do que segurar esse produtor no campo. Para evitar essa migração, esse programa é fundamental — a continuidade. Logicamente, revisitar conceitos, trabalhar a gestão, organizar novas formas de distribuição é o que precisamos fazer, mas não podemos fazer a ruptura. Não consigo produzir hoje cinquenta litros de leite e, amanhã, zero. Como também não consigo produzir cinquenta e, amanhã, duzentos. O produtor familiar faz isso de uma forma permanente.

Às 17h, daqui a pouco, irei à Emater para fechar um programa técnico que fará com que o produtor consiga ter eficiência e eficácia na sua produção, da porteira para dentro. Esse programa atua da porteira para fora.

Na semana passada, tivemos um problema, que foi uma ruptura. Em um determinado momento, produziam-se e entregavam-se mil litros de leite. Quando os produtores chegaram para entregar, no ponto de distribuição, os mil litros, só estava lá a garantia de receber oitocentos litros de leite. E esse aviso não foi dado; não houve essa transição. Tenho certeza absoluta — já marquei um encontro, às 18h, com o Secretário Daniel Seidel, com o Secretário de Agricultura e com o grupo de produtores que estão sofrendo na pele isso — de que foi algum engano, porque não há jeito, como falei, de desligar a vaca. Se isso é verdade e esse programa vai realmente passar por esse processo, que essa transição seja feita, mas que o produtor não sinta essa ruptura, porque, na hora em que ela acontecer e o produtor parar de produzir, essa máquina de produção só voltará daqui a um ano. Ele não consegue, automaticamente, voltar a produzir. Isso é um desastre para a área rural do Distrito Federal, na questão do leite para o produtor. Estou aqui sempre me referindo ao produtor familiar.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Joe Valle, V.Exa. sabe muito bem, porque tem acompanhado esse debate realizado com a Secretaria de Agricultura, desse redesenho do programa do pão e do leite, sobretudo do leite, sempre com a preocupação de que pudéssemos assegurar o fomento da bacia leiteira do Distrito Federal. Essa preocupação sempre existiu. Também vim da área rural e conheço muito bem esse processo. Isso nos obriga a ter alternativas que não sejam essa de hoje. V.Exa. tem acompanhado bem isso. Acho que não é possível uma atitude ser tomada unilateralmente, de uma secretaria. Tem que ser um jogo absolutamente combinado. E, desde o primeiro momento, tínhamos claro o seguinte: os donos de padaria de Brasília, Deputado Dr. Michel, desejam que as pessoas possam comprar o pão e não que apenas quatro empresas vendam milhares de pães para serem distribuídos nos postos de distribuição. É justo que assim seja, que cada padeiro possa ter, na sua padaria, a venda de pães, e isso vai ser viabilizado justamente com o cartão do Programa Bolsa Família. Essa é a reivindicação do Sindicato dos Padeiros. Que possamos fomentar a bacia leiteira, garantindo a compra, a aquisição desse leite, e que possamos assegurar uma renda às famílias, para substituir o programa com um dinheiro que realmente valha a pena, acima do que ela recebe simplesmente com o pão e o leite. Esse é o desenho que estamos fazendo.

V.Exa. tem razão ao dizer que nenhum de nós, nem a Sedest, pode tomar uma atitude lateral, tampouco a Secretaria de Agricultura, porque as pontas estão aí, completamente juntadas. Nesse sentido, acho que vale a pena realmente. Vou até ligar também para o Secretário, a fim de que possamos combinar as coisas de maneira correta.

DEPUTADO JOE VALLE – Faço esse apelo a V.Exa...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Pois não.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acho que deveríamos nos unir para conversar com os produtores, com o Legislativo e com o Executivo, a fim de resolver o problema de tal forma que não percamos de vista a situação do produtor.

Como vejo isso? Vejo que, se perdermos de vista o produtor, cometeremos um engano. Como deveríamos agir? O Estado tem que ser muito proativo, para fazer uma intervenção — e aí não sei como —, para poder ajudar o produtor. O problema não está só na distribuição, mas em como agir para ajudar o produtor. O Estado tem que ser intervencionista a ponto de ajudar o produtor. Não sei como ele vai fazer a distribuição, mas não se pode é deixar o produtor perder. O Estado tem que achar uma fórmula. Ontem, eu estava conversando com um dos produtores lá de Brazlândia. A situação está começando a ficar difícil. Acho que V.Exa., que é uma pessoa do campo, deveria fazer uma intermediação nessa conversa, trazer esses

produtores para essa conversa com o Executivo. Para quê? Para mostrar que não se pode deixar que eles percam essa produção, o incentivo ou a vontade de produzir. Acho que é isso.

O Estado deveria arrumar uma forma de comprar essa produção deles e incentivá-los a produzir mais. É o Estado que tem de pensar em como vai distribuir, como vai fazer. É ele que tem de pensar nessa fórmula. Eles não podem perder esse incentivo. É muito perigoso deixar que isso aconteça.

Falo isso porque, na região onde eu tenho um pedacinho de terra, incentivaram-nos a comprarem as vacas. Incentivaram a compra daquelas bacias para o refrigerador, dos tanques para refrigerar. Depois, a coisa foi se perdendo. É muito perigoso isso. Daqui a pouco, esse povo virá para a cidade. Não sei, acho que temos de fazer alguns projetos, alguma coisa para incentivar.

Não sei se estou falando besteira, mas quero ver aqui uma fórmula...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu quero ver uma fórmula de o Estado fazer uma intervenção, para não se perder essa produção lá na ponta. Se perder e não se incentivar, vou dizer a V.Exa: a coisa ficará feia.

Acho que chegou o momento de nós, independentemente de eleição, independentemente de voto, nos unirmos, de juntarmos forças e mostrarmos para o Governo o seguinte: ou se faz a intervenção, para não os deixar perder, ou a coisa vai ficar feia. Daqui a pouco, para o leite, para a produção de verdura, para a produção do arroz. Isso vai virar o quê? Vamos ter esse povo voltando para a área urbana, que já não comporta mais ninguém.

É como V.Exa. disse outro dia: precisamos dar infraestrutura para esse povo. E uma coisa puxa a outra. Estou junto com V.Exa. Precisamos do nosso batalhão rural, porque ele parou. V.Exa. se lembra do nosso batalhão rural? Vocês viram que eles pararam. E é uma coisinha. É a produção do leite, é o batalhão rural, é a produção do verde.

Se não começarmos a cobrar essas coisas também por meio do Legislativo, o povo lá da área rural voltará para cá. É o asfalto, de que V.Exa. falou naquele dia, lá na casa do Governador, lembra? Fizeram aquele negócio e até queriam dar uma puxada de orelha em V.Exa. Lembra-se daquela historinha toda? Então, é o asfalto, é o batalhão rural, é o leite. Fico muito preocupado com isso, porque acho que a fixação do homem no campo resolve muitos problemas da área urbana.

Essa discussão do leite é um ponto. Temos a discussão da violência no campo, temos a discussão da estrada. V.Exa. está entendendo? São vários pontos da área rural, que aí a gente vai... E aí, essa do leite... Eu estou fazendo essa intervenção hoje, porque essa do leite já vem de tempo, de tempo. E acaba agora, se não em engano, não é? Acaba agora. Eu estou vendo que a Deputada Eliana

Pedrosa, a Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. e o Deputado Agaciel Maia já vêm nessa luta. E ela acaba agora! Então eu acho que chegou o momento em que não dá mais. É só isso que eu quero dizer. Talvez eu não tenha contribuído muito, mas é com o intuito de falar o seguinte: está na hora!

Muito obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Eu acho que é uma condição para todos. Todas as saídas já estão preparadas e prontas. As saídas já existem. Precisamos é colocá-las em prática. Esse é um processo que envolve a Secretaria de Agricultura, envolve a Secretária de Desenvolvimento Social, envolve a associação de produtores, envolve laticínios, envolve produtores, envolve cooperativas. Não é um processo simples de fazer. Se fosse, já estava feito. Não tenho a menor dúvida. E está sendo tomado todo o cuidado.

O que as ex-Secretárias de Desenvolvimento Social – as duas que estão aqui – colocaram é que a gente precisa muito que as secretarias trabalhem conjuntamente. Não podem tomar decisão unilateral, principalmente porque esse projeto, esse programa, é multidisciplinar. Ele é multifacetado, multisetorial. Ele tem uma série de implicações na cidade e no campo. Ele é um programa complexo. Não é um programa simples, mas pela sua complexidade ele tem muito resultado na coletividade, tanto da cidade, quanto do campo.

Então, essa é uma lógica que muitas vezes a gente atira no que vê e acerta o que não vê. O problema é o tiro naquilo que a gente acerta e não vê, é a bala perdida. Não é? Esse é o problema.

O que nós precisamos fazer, efetivamente, é ter esse alinhamento do governo para resolver este problema que está aí. Como disso V.Exa., está aí. Em junho termina o contrato e nós temos uma bacia leiteira produzindo aqui no Distrito Federal. Logicamente ela é menor do que a quantidade que está sendo entregue, porque se pega leite também do Entorno, mas também é importante, desde que venha de agricultores familiares. O que nós não podemos é privilegiar cada vez mais aquele que não precisa ser privilegiado. Temos de privilegiar aqueles que precisam ser privilegiados, que são os produtores familiares. Certo?

Era isso que eu tinha para colocar. Eu vou pedir licença para me retirar, porque eu vou justamente tentar resolver esse problema nas secretárias.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos com o Simples Candango na pauta para votação hoje e não temos o *quorum* necessário. Eu peço a V.Exa. que faça um apelo aos Parlamentares que estão nos gabinetes para que desçam e tenhamos o *quorum* aqui para votarmos

esse projeto tão importante para todos os feirantes do Distrito Federal. Lembrando que domingo que vem é domingo das mães.

Eu também falo aos meus colegas que estiverem me ouvindo aí do microfone: hoje é aniversário do Deputado Evandro Garla, e ele está sentado ali quietinho para poder colaborar com a classe dos feirantes e com os projetos que estão na pauta. São necessárias as presenças para as votações.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O projeto não está na pauta, Deputada Eliana Pedrosa. Precisamos incluí-lo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Então, eu peço a sua inclusão como extrapauta, neste momento. Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acato a solicitação de V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O senhor fez, mas eu disse que iria consultar os Líderes. Eu vou consultar os Líderes ainda para incluí-lo.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – De forma alguma, eu nunca disse que o senhor ia ser omisso. Longe de mim, da omissão do senhor. V.Exa. é um dos Líderes mais atuantes que eu já vi até hoje. Até porque esta é a minha primeira legislatura. Eu não poderia ter visto outra. E quero, em outras legislaturas em que aqui estiver, ver outro Líder como o senhor. Nunca viria. Tá doido! Pode ter certeza disso.

Eu queria, conforme disse a Deputada Eliana Pedrosa, pedir aos nobres pares que se encontram em seus gabinetes que, se puderem, compareçam ao plenário para compor o *quorum*, para que possamos votar o Simples, porque o Dia das Mães está aí e precisamos dar uma resposta aos nossos amigos feirantes. Seria de bom alvitre que todos descessem.

Quero cumprimentar o nosso Exmo. Deputado Evandro Garla, que com muita proficiência vem trabalhando aqui em prol da nossa comunidade brasiliense. Deputado, sinta-se parabenizado por esta data muito querida. Que Deus abençoe V.Exa. e que o senhor possa comemorar por muitos e muitos anos esta data querida. E que leve as nossas felicitações a todos os seus familiares. Que Deus o abençoe muito.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. está inscrito, mas como o senhor é o Líder, V.Exa. vai ficar por último só para a gente poder já votar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da minha fala original, mais uma vez eu quero fazer um apelo a V.Exa. em forma de questão de ordem para que a gente possa, ao entrar na pauta, antecipar a questão do Simples Candango, porque o Deputado Joe Valle tem um compromisso fora e ele se comprometeu conosco a ficar aqui até a votação do Simples Candango.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sim. Concordo com o senhor. É só a gente abrir mão que eu voto agora.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas nós vamos completar o *quorum*. Enquanto eu vou falando... Acabo de falar como Deputado Rôney Nemer que está chegando ao plenário...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu acho que já deu *quorum*, então.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Mas, Sr. Presidente, eu quero, rapidamente, falar para V.Exa. por que eu tenho insistido tanto na criação de um núcleo especial de delegados para investigar o crime organizado no Distrito Federal. V.Exa. conhece o Dr. Jorge. Ele foi da turma de V.Exa., vocês se formaram junto na Polícia Civil. Eu tive a oportunidade de conversar com o Dr. Jorge hoje. E ele me dizia, Deputado Dr. Michel, que a Polícia Civil está pronta para atender à determinação da criação de um núcleo especial de delegados para investigar a arapongagem e o crime organizado no Distrito Federal. São delegados de elite. É pena que V.Exa. não esteja mais na ativa, pois tenho certeza de que V.Exa., até por entender de inteligência, seria um desses delegados.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está querendo dizer que esse núcleo então vai ser uma polícia de Estado e não polícia de Governo?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Polícia de Estado, sob a determinação e orientação do Dr. Jorge.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – É por isso que eu digo: isso é um governo de um novo caminho, é um governo que vai botar essa Brasília nos trilhos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O Governador Agnelo Queiroz, Deputado Dr. Michel, eu conversei com ele ontem e hoje à tarde, o decreto está pronto e será publicado amanhã. Será dado conhecimento à Nação de que Brasília vai ser passada a limpo efetivamente. Porque não pode, Deputado Dr. Michel, acontecer o que vem acontecendo. Eu estou aqui, Deputada Eliana Pedrosa, com a relação de uma quadrilha. Porque quando – V.Exa. que é delegado sabe – se reúnem mais de três, já é quadrilha, para cometer crimes. Foram três, Deputado Chico Leite, V.Exa. que é

Promotor de Justiça. Três criminosos se organizaram para quebrar o meu sigilo telefônico e o do Coronel Leão. Um dos quadrilheiros, Deputada Arlete Sampaio, tentou seis vezes, Deputada Eliana Pedrosa, para a Vivo poder passar. Mentindo. Uma hora dava um CPF de um, outra hora dava de outro, até que ele conseguiu que a Vivo passasse, para o tal de QuidNovi ser o receptor da atividade criminosa. Porque foi ele que publicou aqui o número do meu telefone e o número do telefone do Coronel Leão, dizendo o dia e a hora em que a gente tinha conversado, inclusive os segundos.

Eu encaminhei o ofício ao Secretário de Segurança pedindo que fosse investigado, porque é assim que se faz. Eu acredito na segurança pública da minha cidade e do meu País. E foi feito. Estou aqui com o resultado. Quem fez? Quem fez irá para a cadeira porque é crime. Não se pode acessar criminosamente os dados da gente. É crime! Logo, se é crime, tem de ser punido! Eu acredito muito, sinceramente, nesse núcleo de delegados especiais que está sendo constituído hoje, Deputado Wasny de Roure, para investigar o crime organizado e a arapongagem no Distrito Federal. E aí doa em quem doer. Eu tenho dito que quem for podre que se quebre. Quem for podre que se quebre! A investigação tem de ser feita. Esta cidade tem de ser passada a limpo. Ela precisa parar de ser a cidade da arapongagem, da bisbilhotagem da vida alheia.

Hoje mesmo tem um sitezinho aí falando dumas chamadas fitas de um Deputado e dizendo que outro Deputado... Que apresentem tudo! Apresentem tudo! Passem a limpo! Nós da bancada do PT/PRB não temos medo de nada. Eu sei que a Deputada Eliana Pedrosa também não tem. Vamos passar esta cidade a limpo, gente! Eu acredito na eficácia, na eficiência da Polícia Civil do Distrito Federal, que é a Polícia de Estado.

Eu quero falar sobre outro assunto, Sr. Presidente. Nós ficamos assistindo, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que é Líder do Governo, a um Deputado que ficava aos berros na tribuna da Câmara Federal, chamando o Governador Agnelo Queiroz de criminoso, dizendo que deveriam prender o Governador Agnelo Queiroz. Esse Deputado é o Sr. Izalci Lucas.

O *Correio Braziliense* de ontem trouxe... Deputado Joe Valle, V.Exa. que entende de inclusão digital, eu pergunto: sutiã – uma peça bonita para as mulheres, inclusive necessária para as mulheres, caso contrário elas não usariam – é instrumento para inclusão digital? Sutiã, Deputada Eliana Pedrosa, é instrumento para inclusão digital? Fixador de dentadura, para as pessoas que, infelizmente, perderam os dentes, pois ninguém cuidava de dentes neste País, o chamado corega, é instrumento para inclusão digital? Baralho... Foram 9.150 sutiãs, Deputado Dr. Michel! Foram 700 baralhos! Baralho é instrumento para inclusão digital? Não é. Perfume caro, perfume importado – muitas pessoas ficaram cheirosas – é instrumento para inclusão digital? Definitivamente, não.

Agora, quando perguntaram onde estão, disseram: "Não, eu entreguei, mas não tenho o recibo. Dei para uma entidade." Mas não têm o recibo e não sabem onde é a entidade. A *Globo* foi à entidade, chegou lá e disseram: "Não, aqui nunca apareceram esses sutiãs, nem esses perfumes nem esses baralhos."

Portanto, esse é o deputado. Devem ter pego – e aí eu acredito que foi isso – o material da Receita, Deputado Chico Leite, V.Exa. que é procurador de justiça, ano de 2009, ano pré-eleitoral, e distribuíram, Deputada Arlete Sampaio, na campanha para ganhar votos. A pessoa que recebeu um perfume ficou cheirosa, vai garantir o voto; as senhoras que receberam os sutiãs não vão esquecer nunca – tinha até aquela propaganda: o primeiro sutiã ninguém esquece, as mulheres, não é? –, aí traduz-se em votos.

Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! E é esse Deputado que ficava atacando o Governador Agnelo Queiroz. Agora, vem dizer que é uma armação do *Correio Braziliense*. Senhores, a jornalista Ana Maria Campos e a jornalista Lilian Tahan não fazem armações contra ninguém. São jornalistas, Deputado Wasny de Roure, da mais alta credibilidade, da mais alta seriedade. Quando o jornalista faz e assina a matéria, ele sabe que, se não houver fundamentos, responderá perante a justiça. Eu vejo ali, abrilhantando nossa Casa, um dos jornalistas mais respeitado deste País, o Lúcio Vaz, da *Folha de São Paulo*. Quando eu era Deputado Federal, passávamos muitas informações e nunca o colocamos numa furada. Ele é uma pessoa da mais alta credibilidade, o Lúcio não vai fazer uma matéria que não tenha fundamento.

Portanto, é importante que essas coisas fiquem claras, porque determinados detratores do Governador Agnelo Queiroz, Deputada Arlete Sampaio, não têm autoridade para falar nada. Eu espero que o Sr. Gurgel, agora, determine a investigação dos produtos da Receita que foram desviados. E pelo que eu sei não foi só esse carregamento, tem mais, Deputado Wasny de Roure! É muito mais sutiã do que esses, é muito mais baralho do que esses, é muito mais perfume do que esses; são muito mais produtos do que esses. Portanto, é preciso passar a limpo, é preciso fazer com que este País efetivamente mude.

A mesma coisa – e não vou perder a oportunidade de falar mais uma vez – o catão da nação brasileira, Sr. Demóstenes Torres, que veio aqui pedir a prisão do Governador Agnelo, veio aqui pedir o *impeachment* do Governador Agnelo. Agora está provado que alugou o mandato para o Cachoeira. O mandato não era dele, era do Cachoeira. Aqueles que acreditaram naquele cidadão devem estar...

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu acho que é importantíssimo registrarmos aqui que o Brasil vive hoje o mais longo período da sua vida democrática, porque a nossa história foi

marcada por períodos de democracia e períodos de ditadura. E hoje nós vivemos o mais longo período de vida democrática, com uma democracia estável, com instituições fortes que nos asseguram, efetivamente, o Estado Democrático de Direito.

Eu quero dizer que o Governo do Distrito Federal tem procurado demonstrar o seu compromisso com a democracia quando, por exemplo, cria a Secretaria de Transparência, cria um portal de transparência, cria a Ouvidoria Geral, justamente para que todo cidadão possa se manifestar. E a Secretaria de Transparência não investiga nem faz auditoria apenas em processos do passado; faz auditoria permanente em processos deste governo, justamente para fazer com que ela cumpra o papel que a CGU cumpre no plano federal. Isso é essencial para o fortalecimento da democracia e para que possamos, de fato, passar esta cidade a limpo.

Acho que a atitude do Governador Agnelo em constituir esse grupo especial da Polícia Civil para, de fato, investigar a arapongagem é da maior importância, porque é impressionante como esta cidade, ao longo dos tempos, teve o seu tecido social contaminado com a corrupção e com essa prática de construção de dossiês contra as pessoas. Isso precisa acabar no Distrito Federal!

Como diz V.Exa. – e eu endosso o que V.Exa. disse –, nós queremos que tudo o que há de podre venha à tona, independentemente de quem essa podridão vá atingir, porque Brasília não merece mais ser identificada no Brasil como a cidade que tem governador preso, que tem senador cassado, que tem isso e aquilo. É preciso que tenhamos aqui uma política séria para que possamos fazer com que todos os brasileiros e nós, brasilienses, possamos nos orgulhar da Capital de todos os brasileiros.

Então, quero dizer a V.Exa. que, de fato, não existe nenhuma ameaça institucional a nenhuma pessoa desta cidade. E, se existir, há os meios que asseguram a essas pessoas o direito, porque nós vivemos num País em que o Estado Democrático de Direito é uma realidade.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte da Deputada Arlete Sampaio e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, fico muito feliz com essa iniciativa do Governo do Distrito Federal de criar um núcleo na Polícia Civil, com delegados especializados, para apurar todos esses fatos de arapongagem, de crime organizado. Eu espero que dentro desse crime organizado também esteja o comércio de drogas, que hoje é uma

preocupação. Nós ficamos preocupados com o nosso mundo político e, às vezes, olhamos somente para o próprio umbigo. É muito importante, também, que esse núcleo, já que vai tratar do crime organizado, Deputada Arlete Sampaio, não deixe de lado a questão das vendas de drogas. Elas estão chegando de uma forma... cada vez com mais capilaridade, e chegando cada vez a faixas etárias menores, inclusive, utilizando-se... Ali no Itapoã, um exemplo que pude vivenciar há pouco tempo, utilizando-se de crianças na faixa de 6 anos para entrega, porque se a criança de 6 anos for pega, ela não vai nem para o Caje. Então, a gente precisa ter um cuidado muito grande com relação a isso.

Eu gostaria também de registrar, Deputado Chico Vigilante, que a Câmara não pode perder as suas prerrogativas. Nós também temos as nossas instâncias investigatórias. Eu não sei por que tanta dificuldade de se prosperarem CPIs nesta Casa. Até a CPI da Saúde Privada! Até a CPI da Saúde Privada! Todos os dias nós temos casos e mais casos. Nós sabemos que uma só rede comprou aqui no Distrito Federal doze hospitais. Os hospitais hoje são hotelaria. Não garantem atendimento a ninguém. O médico chega quando quiser para dar o atendimento que quiser. Ontem foi com o filho do Flávio Dino, foi com o meu contador, amanhã poderá ser com o filho de qualquer um. Não precisa ser filho de pessoa importante, não. Nós temos que saber que nem a saúde pública — eu quero registrar que não é um problema só de agora, mas vem se aprofundando — nem a saúde privada está funcionando. Nesse final de semana mesmo houve uma notícia de que no Prontonorte uma senhora, desesperada com o filho, ficou mais de três horas e não conseguiu ser atendida. O Deputado Olair Francisco também precisou de ajuda de terceiros para que a sua própria mãe tivesse um atendimento a tempo e a hora.

Então, há muitas coisas acontecendo de que a Câmara abre mão. Entendo que a nossa investigação não seja tão profunda, não consiga ser tão profunda quanto a da Polícia Civil, mas nós temos o papel constitucional de também fazê-la. Nós não podemos ficar omissos. Nós estamos muito omissos. A minha preocupação não é com o Governador Agnelo, em hipótese alguma. A minha preocupação é com o povo brasiliense. Com o povo brasiliense! Em cada pessoa que eu encontro eu enxergo um filho meu, aquele que é mais ligado a mim, aquele que é do meu sangue. Eu penso que nós devemos também, Deputado Chico Vigilante, não descuidar disso.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

Vou fazer mais um registro importante para encerrar, porque já há *quorum* para que possamos votar o Simples Candango.

Eu quero, Deputado Wasny de Roure, anunciar a satisfação de ter participado ontem, Deputada Arlete Sampaio, do lançamento na Capital da República do jornal *Metro*. É um jornal dinâmico, ágil, independente. Existe em 20 países do

mundo, em 150 cidades do mundo. Já estava em São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Curitiba e chegou ontem ao Distrito Federal. Eu estive lá no lançamento, no Brasília 21, do jornal *Metro*, com a presença do diretor-geral do grupo *Bandeirantes*, Johnny Saad. São eles que estão associados ao jornal *Metro*. É um jornal que, acredito, vem engrandecer ainda mais o noticiário da Capital da República. A exemplo de outros jornais dinâmicos que já temos aqui, como o *Coletivo* e outros, ele vem para somar a esta cidade que é tão importante para todos nós.

Obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu até gostaria de fazer um aparte na fala do Deputado Chico Vigilante, mas ele não fala na minha e eu não falo na dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Mas por quê?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Porque uma vez ele me negou, e não quero correr o risco de que a gente perca a democracia novamente. Foi ele que perdeu da primeira vez. Deixa só eu dizer qual é a minha questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Nós podemos ganhar. Pode ter certeza.

DEPUTADA CELINA LEÃO – O Deputado Chico Vigilante expôs aqui a questão de que até as pessoas do Governo foram arapongadas. Pelo que traz o jornal *Correio Brasiliense*, foram mais de trezentas pessoas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada, qual é a questão de ordem de V.Exa.?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Só para concluir o raciocínio, Sr. Presidente: se até o Buriti, se até o Coronel Leão foi arapongado...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Celina Leão, qual é a questão de ordem de V.Exa.?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente que fossem publicados amanhã no Diário Oficial, já que não foram publicados hoje, os nomes que os Líderes já indicaram para a CPI, para que pudéssemos fazer amanhã, aqui, a eleição, já que até o Coronel Leão, que era araponga, agora virou arapongado. Então, vamos fazer novamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Qual é a questão de ordem?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Que amanhã V.Exa. publique no Diário Oficial da Câmara os membros que os blocos encaminharam, porque agora, mais do que nunca, essa CPI se torna necessária.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Diário Oficial da Câmara de amanhã está fechado.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para V.Exa. usar sua força regimental e inverter essa pauta para a gente votar a questão do Simples Candango, porque o Deputado Joe Valle tem problemas para resolver. Use a força que V.Exa. tem na caneta, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Deputado Chico Leite pediu para a gente ver a questão do rito.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09 /05 /2012 HORÁRIO: 17 :1

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP		X	
CELINA LEÃO	PSD	X		
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PSL	X		
ELIANA PEDROSA	PSD	X		
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PSB	X		
LILIANE RORIZ	PSD	X		
LUZIA DE PAULA	PPS	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X	
RAAD MASSOUH	PPL		X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X	
RÔNEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X		
PATRÍCIO	PT		X	
TOTAL		14		

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Estão presentes 14 Deputados.

Para podermos votar em primeiro turno o projeto do Simples Candango, precisamos de 16 votos, e só temos 14 Deputados presentes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. há de se recordar que nós temos proposta de três projetos: o Projeto de Lei nº 896, de 2012; o Proc. n° 18, de 2012, que é uma homologação de ICMS; e o Projeto de Lei nº 902, de 2012, do Simples Candango. Se fôssemos votando os dois primeiros, creio que os Deputados que estão na Casa chegariam para dar *quorum* para a votação em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Com certeza, vamos fazer dessa forma.

Consulto os Líderes se há acordo para colocar os projetos em pauta.

Deputada Eliana Pedrosa, há acordo?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Rôney Nemer, há acordo?

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante, há acordo? (Pausa.)

Deputado Wasny de Roure, há acordo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Deputado Prof. Israel Batista não está presente.

Deputado Joe Valle, há acordo? (Pausa.)

Então, havendo acordo entre todos os Líderes, incluo como itens extrapauta o Projeto de Lei nº 902, de 2012; o Projeto de Decreto Legislativo n° 117, de 2012; e o Projeto de Lei nº 896, de 2012.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Havendo acordo, encerro os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 49, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e para se votar as demais proposições da pauta e os itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia.

Deputada Eliana Pedrosa, há acordo? (Pausa.)

Deputado Wasny de Roure, há acordo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante? (Pausa.)

Deputado Rôney Nemer? (Pausa.)

Deputado Joe Valle? (Pausa.)

A Deputada Celina Leão não está.

Deputado Olair Francisco? (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 896, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 23.590.910, 00 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e dez reais)".

A tramitação está concluída. Foram apresentadas duas emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 896, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$23.590.910, 00 (vinte e três milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e dez reais)".

Sr. Presidente, nos termos do inciso II, alínea b, do art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas entre parecer acerca dos créditos adicionais. Foram apresentadas duas emendas de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, sendo:

Emenda nº 1, no valor de R$60.000,00 (sessenta mil reais), e Emenda nº 2, no valor de R$495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais). São emendas meramente de remanejamento de emendas anteriormente aprovadas na Lei Anual do Orçamento e de autoria da própria autora.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade e aprovação das emendas ao Projeto de Lei nº 896, de 2012.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Acaba de chegar ao plenário o Deputado Washington Mesquita.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 902, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que 'revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal — Simples Candango*'".

O projeto foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e a ele foi apresentada uma emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 902, de 2012, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que 'revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango*".

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º – O art. 2º da Lei nº 4. 595, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor em 1º de maio de 2013.

Estando o projeto e a emenda acolhidos de acordo com a Constituição e o Regimento Interno, somos pela admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma rápida explicação. É sobre a mudança da data. Era dia 30 de abril deste ano e passa a ser 1º de maio para facilitar o cálculo pró-rata no efeito da lei do Simples Candango.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 902, de 2012, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que 'revoga a Lei nº

2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango*".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer é pela aprovação quanto ao mérito, acatando a Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Wasny de Roure.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 902, de 2012, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.595, de 14 de julho de 2011, que 'revoga a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que *institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – Simples Candango*".

Sr. Presidente, vejo que há uma emenda, a Emenda Modificativa nº 1, que é da lavra de um Parlamentar. Pelo que parece, a emenda, embora seja da lavra de um Parlamentar, não eleva despesa, só ajusta o prazo legal, tendo por isso natureza normativa.

Por isso o projeto é admissível, Presidente, juntamente com a Emenda Modificativa nº 1. Eu me preocupei mais com a emenda propriamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Consulto os Líderes se podemos votar o projeto em primeiro turno, alertando que são necessários 16 votos pelo processo nominal. Todos os Líderes estão favoráveis?

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Já chegaram à conclusão de que há 16? Suspendo, então, a verificação de *quorum* para passarmos à votação.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2012

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER ÀS EMENDAS :AP. Nºs_____ ☐EMENDAS REJ. Nºs_____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☒PROJETO DE LEI Nº(S) 902/12
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____
Autor: Deputado(a): _____ ☒Executivo
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X				
	ARLETE SAMPAIO	PT	X				
	AYLTON GOMES	PR				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	CELINA LEÃO	PSD	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CHICO VIGILANTE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DR. MICHEL	PSL	X				
	ELIANA PEDROSA	PSD	X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X				
	JOE VALLE	PSB	X				
	LILIANE RORIZ	PSD	X				
	LUZIA DE PAULA	PPS	X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				X	
	RAAD MASSOUH	PPL				X	
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	X				
	WASNY DE ROURE	PT	X				
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	X				
	PATRÍCIO	PT				X	
	TOTAL		16			08	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR _____ ASSINATURA _____ MAT.

ASSP/_____Nº_____/__
FOLHA Nº_____

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

Item extrapauta:

Discussão e votação em turno único, em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2012, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "homologa o convênio ICMS 113, de 22 de novembro de 2011".

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu só gostaria de saber se existe realmente um porquê de a CPI ainda não ter sido publicada. V.Exa. sabe dizer?

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não consegui ouvir V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu só gostaria de saber, Sr. Presidente, por que ainda, sendo que os Líderes encaminharam na segunda-feira, e hoje já é quarta... o motivo real por que a CPI não foi publicada, já que houve também uma reunião da Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Por que não foi votado ontem o Simples Candango? Então, a resposta está dada, não está? Só pergunto a V.Exa. o seguinte... Ela me fez uma pergunta e eu não sou homem de... A gente, quando não tem resposta, não pode ficar sem dar a resposta, e eu não sou homem de deixar uma dama sem resposta, principalmente a musa da Casa. Por que não foi votado o Simples Candango ontem? A resposta está dada nessa mesma pergunta. Continuemos então.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apelar – tendo em vista que estamos no limite do *quorum*, que são 16 Deputados – para que nenhum Deputado saia de plenário, sabendo do compromisso que temos, para que V.Exa. possa encerrar a sessão depois de votar o próximo item e que a gente possa votar em segundo turno, para que saia publicado do Diário Oficial de amanhã e passe a valer a lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. pode ter certeza de que, se depender de mim, eu não saio de plenário nem saio da Câmara porque se eu não for reeleito, pelo menos dois mandatos vou tirar, porque fico aqui de manhã, de tarde e de noite.

Peço ao Secretário que faça a leitura do item nº 2.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Já foi lido.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Já foi lido? A pergunta foi feita e eu me perdi. (Risos.).

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Já foi lido. Só faltam os pareceres, Sr. Presidente, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Já foi votado, é só pôr em votação.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Pode mandar brasa, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Nós estamos parecendo dois Tiriricas aqui em cima. V.Exa. para lá e eu para cá. Vamos acertar o passo para a gente não se trombar.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – O item nº 2 já foi lido, se V.Exa. quiser que eu leia novamente não há problema nenhum. Agora V.Exa. tem que conduzir a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – A proposta de homologação foi aprovada na CEOF na forma do projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2012.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de homologação de convênio da lavra, segundo a Lei Orgânica, exatamente desta Casa Legislativa, de maneira que é admissível o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo n° 117, de 2012, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09/05/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO
☒ REDAÇÃO FINAL EM 09/05/2012

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER ÀS EMENDAS :AP. Nºs_____ ☐EMENDAS REJ. Nºs_____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☒PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 117/12 (PROCESSO Nº 18/12)
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____
Autor: Deputado(a): CEOF ☐Executivo
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	+				
	ARLETE SAMPAIO	PT	+				
	AYLTON GOMES	PR				+	
	BENEDITO DOMINGOS	PP				+	
	CELINA LEÃO	PSD	+				
	CHICO LEITE	PT	+				
	CHICO VIGILANTE	PT	+				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				+	
	DR. MICHEL	PSL	+				
	ELIANA PEDROSA	PSD	+				
	EVANDRO GARLA	PRB	+				
	JOE VALLE	PSB	+				
	LILIANE RORIZ	PSD	+				
	LUZIA DE PAULA	PPS	+				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	+				
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT				+	
	RAAD MASSOUH	PPL				+	
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				+	
	RÔNEY NEMER	PMDB	+				
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	+				
	WASNY DE ROURE	PT	+				
	SIQUEIRA CAMPOS	PSC	+				
	PATRÍCIO	PT				+	
	TOTAL		16			8	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. _____

CONSOLIDADO POR _____ ASSINATURA _____ MAT.

ASSP/_____Nº_____/__
FOLHA Nº_____

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 8 ausências.

O projeto está aprovado.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2012, que "homologa o Convênio ICMS 113, de 22 de novembro de 2011".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para votação, em segundo turno, dos Projetos de Leis n°s 902, de 2012, e 896, de 2012, e demais itens da pauta da sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h42min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 86 – Suplemento, de 18/5/2012.